



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A5 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 21 de maio de 2015

Fiscalização volta ao Ceasa de Aracaju e falhas são encontradas

Na vistoria feita ontem, foram constatadas, por exemplo, falta de estrutura e higiene na Central de Abastecimento



■ MPE, Vigilância Sanitária e Defesa Civil realizaram fiscalização na Ceasa

O Ministério Público Estadual (MPE), juntamente com a Vigilância Sanitária Municipal, a Defesa Civil de Aracaju e o Corpo de Bombeiros, realizaram nessa quarta-feira, 20, uma fiscalização na Central de Abastecimento de Aracaju (Ceasa). Apesar de algumas melhorias corrigidas pela administração do local, exigidas na última vistoria, problemas na estrutura, por exemplo, ainda persistem. Os órgãos envolvidos na fiscalização têm dez dias para entregar os relatórios ao MPE.

“Em julho de 2014, emitimos um relatório ao Ministério Público e, visitando agora a Ceasa, percebemos que não houve nenhuma evolução na estrutura do local. São problemas de rachaduras nas paredes e elétricos em diversos pontos.

Então, precisamos resolver isso”, apontou Ubiratan Lima, técnico da Defesa Civil do Município.

De acordo com a Vigilância Sanitária, em relação a 2014 houve uma melhoria de 50% em termos de higiene na Ceasa. “Isso não quer dizer que esteja dentro do que preconiza a vigilância sanitária. Notamos que os comerciantes por conta própria fizeram as adequações, mas não há projetos sanitários. Na fiscalização, orientamos os comerciantes, porque esse é nosso trabalho, e vamos entregar o relatório ao MPE. Por enquanto é apenas orientação, mas depois que tudo se definir com o MPE, as irregularidades acarretaram em multa e até interdições. Essa não é nossa intenção, mas as pessoas precisam se adequar”, informa Avio Brito, coordenador da Vigilância Sanitária de Aracaju.

“

Último relatório de fiscalização ocorreu ano passado”

Euza Missano
Promotora de Justiça

O presidente da Associação dos Usuários da Ceasa explicou que muitas melhorias já foram feitas e que o local está bem melhor. “As mudanças foram físicas e educativas. Estamos trabalhando no sentido de orientar melhor os comerciantes e tornar a Ceasa melhor”, relata Edson Silva, que conta ainda

que o contrato entre a Associação e a Cohidro está em processo de finalização.

• Ano passado

Em 2014, vários relatórios foram entregues ao Ministério Público pela Vigilância Sanitária e demais órgãos técnicos, atestando várias irregularidades na Ceasa. A problemática gerou um inquérito civil. “O último relatório de fiscalização foi feito no ano passado. Então, essa fiscalização é para que a gente possa avaliar o que evoluiu, os benefícios, as inadequações e irregularidades encontradas pela Vigilância Sanitária e órgãos técnicos em relatório anterior”, diz a promotora de justiça Euza Missano, ressaltando que uma audiência será marcada para apresentar o relatório e buscar adequações.

“Após o recebimento desse

relatório, o MPE irá adotar todas as providências pertinentes. Aqui tem uma Associação que administra e o Estado é o dono do prédio, através da Cohidro. Vamos apresentar todas essas informações que forem apresentadas pelos órgãos técnicos”, diz Euza Missano, que afirma que as irregularidades encontradas terão que ser sanadas de imediato.

“Qualquer irregularidade encontrada terá que ser consertada imediatamente em defesa do consumidor, porque o que se constata, principalmente em ordem sanitária e com o Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, são irregularidades passíveis de gerar um dano não só aos consumidores, como também aos comerciantes”, reforça.

• Responsabilidade

Outra etapa o Inquérito Civil

é a identificação dos responsáveis, juridicamente, pela Ceasa, ou seja, a quem compete a responsabilidade pela estrutura do local. “O prédio pertence ao Estado e está sob responsabilidade da Cohidro. Existe uma Associação, precisamos ver que instrumento jurídico vai poder ser firmado, porque alguém tem que ser dono disso aqui, alguém tem que tomar conta e administrar. Podemos fazer toda parte de salubridade e condições de higiene para o consumidor, mas de repente pode voltar outra situação e tem que ter um responsável a quem o MPE responsabilizará a qual-quer evento que venha a ocorrer. Aqui precisa ter alguém que administre efetivamente dentro do que diz a lei, para que possamos cobrar as melhorias em defesa dos consumidores”, conclui Euza Missano.

LINDIVALDO RIBEIRO/CS